



Revista Comunicação Midiática

ISSN: 2236-8000

v.17, n.2, p. 6-9, jul-dez 2022

Apresentação do dossiê:

Ódio, violência, negação e exclusão dos outros na sociedade midiaticizada

Os fenômenos do ódio, da violência, da negação e exclusão dos outros na comunicação contemporânea estão presentes na mídia tradicional e nos sistemas de interconexão em rede. Eles repercutem nas relações interpessoais, grupais e sociais, em geral, dada a midiaticização da sociedade, pois, como nos lembra José Luiz Braga (2006, p. 27) “os sentidos midiaticamente produzidos chegam à sociedade e passam a circular nesta, entre pessoas, grupos e instituições, impregnando e parcialmente direcionando a cultura”.

As narrativas ou discursos de ódio têm merecido a atenção de pesquisadores/as latino-americanos/as em diversas abordagens teórico-metodológicas. Uma pequena parcela significativa dessas pesquisas e reflexões está reunida neste dossiê da revista Comunicação Midiática, proposto e realizado em uma co-laboração internacional entre seu organizador e sua organizadora, no contexto de um estágio pós-doutoral em curso na Universidade Estadual Paulista, UNESP.

A questão do ódio e da violência sociais não é nova, infelizmente, nas sociedades latino-americanas. Desde os processos da chamada colonização, as relações entre os colonizadores e as populações originárias e outros contingentes populacionais trazidos para nosso continente à força, por séculos, foram marcadas pela violência e a exclusão, pela exploração e segregação, que repercutem até hoje no racismo e genocídio, velado ou explícito, de negros e indígenas.

Os princípios patriarcais, com seu falso moralismo, trazidos pelos europeus, calcados em sua cultura judaico-cristã, deram lugar à proliferação de políticas e práticas odiantas contra minorias que se despontam nos tempos atuais, como aquelas de identidade LGBTQIA+, por exemplo. Com origem na misoginia e no machismo do colonizador, este ódio se escancara em estatísticas reveladoras da LGBTFobia latino-americana. O Brasil, maior país da América Latina, ostenta, já há alguns anos, o posto de nação que mais mata transexuais no mundo, além do alto índice de violências morais e físicas a todos os subgrupos dos LGBTQIA+ (segundo dados da Antra, Associação Nacional dos Travestis e Transexuais). É possível, ainda, observar que a LGBTFobia se soma a velhas formas de segregação, como o racismo: um homossexual ou transexual negro, por exemplo, sofre mais segregação que um branco.

Em grande medida, os discursos de ódio contemporâneos têm recebido o necessário e oportuno questionamento por parte da academia e de diferentes instituições e movimentos políticos e sociais. Boa parte da imprensa e de movimentos e instituições democráticas tem trabalhado contra a difusão do ódio e em defesa da liberdade e do respeito à diversidade. Mas a crescente onda de segmentos sociais ultraconservadores, calcados em vertentes religiosas ou no resgate de valores fascistas, desafia-nos a mantermo-nos alertas. O negacionismo e as fake News, tão difundidos nas redes sociais e grupos de mensagens do WhatsApp e Telegram, refletem essas distorções cognitivas, pautadas em enviesamentos ideológicos, que levam à perseguição e, mesmo, à morte de milhares de pessoas por ano. Vivemos tempos em que a percepção do outro não desperta o sentimento de alteridade em sua acepção mais profunda e consistente, mas se afirma na concepção de um verdadeiro “alterocídio”, como define Achille Mbembe (2018) em seus escritos sobre a necropolítica impetrada pelas culturas escravocrata e neoliberal que permanecem enraizadas em nossas sociedades.

No atual contexto neoliberal, o ódio – que forma parte necessária da constituição psíquica do sujeito, como bem assinala a psicanálise, e cujas relações com o social são tratadas com muita clareza por Castoriadis em várias das suas obras – é capitalizado e capilarizado. O neoliberalismo promove um discurso que distorce as referências simbólicas que nos ajudam a ordenar o mundo, a lhe dar sentido e a viver juntos, como grilhões que ameaçariam a liberdade individual e os projetos pessoais. Um discurso no qual os outros aparecem como uma competidores, como adversários. Pior, ainda, os outros são tratados como obstáculos a serem eliminados.

O “aroma libertário” atual, que tudo permeia, advém da transgressão permanente das proibições. Não é estranho, então, o surgimento de violências de todos os tipos que antes tinham um limite. As máximas do liberalismo de “deixar fazer” (*laissez-faire*) e “deixar passar” (*laissez-passer*) encontram aqui seu lugar privilegiado de expressão e realização, e se propagam como parte da racionalidade neoliberal. Mas justamente, para constituir o social, não se pode deixar que tudo se faça, nem tudo pode circular descontroladamente. Desistir do desejo ilimitado é exigido como condição.

Quando o ódio toma esses contornos de aniquilação do outro, de aparato ideológico do Estado, ou de setores hegemônicos da sociedade, é preciso encontrar saídas, que passam pelo reconhecimento de que o problema existe e merece ser discutido da maneira detida e multidimensional. Não idealizamos aqui uma sociedade sem conflitos, estruturada na harmonia de um sistema orgânico, na instituição de uma paz concedida ou na renúncia das disputas políticas. Para além da construção de consensos, a política se dá a partir de “cenas de dissenso”, como discute Jacques Rancière (2012, 2018).

Os textos reunidos neste volume trabalham com diferentes temáticas e abordagens teórico-metodológicas. Em *Do ódio político à não violência como força - uma reflexão a partir de Judith Butler*, Ângela Salgueiro Marques e Luís Mauro Sá Martino analisam a crescente onda de manifestações contra a democracia e ataques a grupos vulnerabilizados e discutem as premissas desses fenômenos como condição para lidar com eles. E a partir do pensamento de Judith Butler, discutem a emergência do ódio como categoria política, a concepção distorcida de alteridade e a performatividade organizada de uma não violência ativa.

Bettina Martino (coorganizadora deste dossiê) e Maria Sol Couto, em *Ciberodio, Subjetividad y Escuela: hacia otras formas de habitar el mundo*, defendem o valor da educomunicação e da educação midiática crítica como formas de enfrentamento da proliferação da violência e da negação do Outro nos ambientes da Internet. Nesse contexto, apontam a escola como um lugar onde é possível produzir outras formas subjetivas de habitar o mundo, e possibilitar processos de comunicação dialógica e participativa.

No texto *Do cancelamento ao dispositivo - discurso de ódio no contexto do consumo*, Tânia Hoff; Ana Catarina Holtz e Lucas Fraga discutem o cancelamento como um dispositivo usado por consumidores. Analisam posicionamentos de consumo e boicotes à cultura russa, por conta da Guerra na Ucrânia; à franquia de *Harry Potter*, por conta de declarações preconceituosas da autora J. K. Rowling; e marca de *fast fashion Zara*, envolvida em polêmicas raciais e trabalhistas.

Mariana Ramalho Procópio e Maurício João Vieira Filho, no texto *Da aids à mpox - sentidos sobre homossexualidade em processos simbólicos estigmatizantes*, discutem como narrativas jornalísticas erram ao reforçar estigmas a sujeitos marginalizados socialmente quando atrelam homossexualidade à transmissão de doenças virais, como mpox e aids. Foi assim, afirmam, na década de 1980 quando da epidemia de HIV/aids e tem sido assim em reportagens recentes sobre surto de casos de mpox. Em um contexto de fake News e negação da ciência tais ações e omissões reforçam discursos de ódio.

Na sociedade interconectada em plataformas digitais em que vivemos, com frequência a alteridade corpórea é distorcida, é estigmatizada e objetificada, como discutem Fabíola Calazans e Christiane Araújo Santos, no artigo *#Gordofobia: produção de sentido sobre corpos gordos femininos no Instagram*. Os discursos nas redes sobre os corpos gordos, corpos não normativos, são marcados se configuram como discursos de ódio e violência, afirmam as autoras.

Já em *“Quando o inimigo é íntimo” - reflexões sobre a construção discursiva da violência contra a mulher na e pela mídia*, Isaltina Mello Gomes e Amanda Melo Diniz analisam o tratamento dado pela mídia à violência contra a mulher a partir de uma não rara estratégia discursiva de culpabilização das mulheres pelos comportamentos que as colocaram em risco. Elas analisam o caso de estupro e assassinato de Maria Alice Seabra e mostram como a violência de gênero está enraizada historicamente em nossa sociedade machista e misógina.

Renata Malta, Agatha Cristie Silva e Henrique Maynard Garcez Vieira Filho propõem uma discussão sobre racismo, intolerância religiosa e desigualdade de gênero em casos, a partir de análises de casos em que as mães perderam a guarda de seus filhos(as) por fazerem parte de religiões de matriz africana. No campo da Análise de Discurso, analisam criticamente reportagens publicadas nos portais UOL e *Universa UOL* e questionam a ação das instituições e agentes do Estado e de outras pessoas e grupos sociais envolvidos em casos de *Maternidades interditas - a cobertura noticiosa sobre a perda de guarda de mães afro religiosas*.

A temática do racismo nos discursos da mídia está também presente no artigo escrito por Daniel Dantas Lemos, Daiana de Medeiros Brandão, Sílvio César Guedes Júnior e Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros, *Racismo e necropolítica no jornalismo brasileiro - uma análise crítica do discurso do UOL*. O grupo analisa, a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso, manifestações de abuso de poder discursivo em enunciados jornalísticos, em seis matérias que assumem uma postura racista. Tais discursos podem justificar e incentivar ações violentas, que aprofundam o racismo estrutural na sociedade, naturalizam a desigualdade social e a necropolítica.

No artigo *El enunciador común en las redes sociales - la eutanasia en debate*, Leticia Gambetta e Agustina Huertas estudam as características identitárias do *enunciador comum* na sua interação nas redes sociais, a partir de uma análise crítica dos comentários publicados no *Twitter* durante o debate público em torno a eutanásia, retomado no Uruguai em abril de 2022. Com a categorização dos enunciadores, as autoras identificam práticas discursivas voltadas para o ataque às pessoas e não aos seus argumentos.

O décimo e último artigo do dossiê, assume a ideia do desentendimento e do confronto, da crítica sarcástica e do discurso agressivo como recursos de enfrentamento e resistência, como “estratégias sensíveis” adotadas por segmentos subalternizados da

sociedade, em uma abordagem alternativa sobre os discursos de ódio. Em *Bob Cuspe, sem anestesia: desentendimento e ódio no discurso de ruptura de um personagem iconoclasta*, Iberê Moreno Rosário e Barros e Laan Mendes de Barros (coorganizador deste dossiê), analisam a figura do subversivo e agressivo Bob Cuspe, personagem criado pelo cartunista Angeli, em publicações da revista *Chiclete com Banana*, da década de 1980. Personagem está presente, também, em um filme de animação feito em *stop motion*, lançado em 2021.

Para fechar nosso dossiê sobre discursos de ódio, trazemos uma instigante Entrevista com **Daniel Munduruku**, realizada por Raquel Cabral, Duin Feltrin e José Augusto dos Santos Magalhães. Nela o escritor e filósofo indígena, que é doutor em Educação, com pós-doutorado em Linguística, fala de vida sustentável, ancestralidades, representação midiática e do apagamento histórico de povos originários. Ao falar da situação dos Yanomamis, ele nos indaga “que sociedade é essa?” e defende a preservação da cultura dos povos originários, ao mesmo tempo que valoriza a chegada de indígenas na universidade. Fala, também, da importância de pensarmos sempre no outro e na comunidade, algo tão marcante para indígenas, quilombolas e outros grupos que se organizam coletivamente. Daniel Munduruku elogia a criação do Ministério dos Povos Indígenas, como caminho para se pensar em políticas públicas voltadas a estes povos.

Temos, mesmo, que aprender com aqueles que muitas vezes são estigmatizados e segregados aos “espaços opacos” (SANTOS, 1998, p. 83-85) de nossas cidades. Precisamos compreender que somos muitos mais que indivíduos, somos coletividade e diversidade. Ou como, como a palavra sul-africana *Ubuntu*, “que é um verbo-substantivo”, como nos lembra Sodré (2017, p. 96), “significa homem enquanto humanidade, ou seja, para ser percebido como humano, o indivíduo é, sendo junto a Outro. É uma palavra que resume o conceito de transcendência enquanto condição exclusiva do homem: o dirigir-se para algo além de si mesmo, para Outro, portanto”. Ou, ainda, como argumenta Daniel Munduruku, ao falar da ideia indígena do *Bem-Viver*, que parte da compreensão de que o ser humano e natureza constituem uma unidade e que o sentido da vida implica em reconhecer que fazemos parte de uma coletividade, que compartilhamos com outros o tempo e o território. Diz o pensador indígena: “O que nos humaniza é a experiência que a gente tem com os Outros”. Ou, mais diretamente: “O bem-viver é a ideia de que somos coletivos. Ou nos realizamos por igual ou a vida não é justa”.

Laan Mendes de Barros, Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Brasil

Bettina Andrea Martino, Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo)- Argentina

Referências

BARROS, Laan Mendes de. Comunicação sem anestesia. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, n. 1, p. 159-175, 2017.

Braga, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia**: Dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.